



Número: **1015632-05.2019.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **11/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Exercício Profissional**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VANESSA DE MONTALVAO DIOGENES (AUTOR)		RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (ADVOGADO)	
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (REU)			
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
390050846	15/12/2020 14:03	<a href="#">Sentença Tipo B</a>	Sentença Tipo B



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
20ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "B"

**PROCESSO:** 1015632-05.2019.4.01.3400

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**POLO ATIVO:** VANESSA DE MONTALVAO DIOGENES

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO - DF32147

**POLO PASSIVO:** CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA e outros

**SENTENÇA**

Cuida-se de ação sob o procedimento comum, com pedido de tutela de urgência, ajuizado por **VANESSA DE MONTALVAO DIOGENES** em face do **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA e do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, objetivando inicialmente a suspensão dos efeitos do art. 3º, alínea I, Res. CFM 1.974/11, bem como do art. 115 da Res. CFM 1.931/09, dos arts. 114 e 117 da Res. CFM 2.148/16, dos arts. 3º e 4º da Res. CFM 1.634/02 e DOS ARTS. 11 E 17, *caput* e parágrafo único da Res. CFM 2.148/16; ao final, visa a ratificação da tutela com o fim de se declarar o direito de a autora exercer na plenitude o ofício na área das Ciências Médicas, nos termos da Lei nº 3.268/57, divulgando e anunciando a pós-graduação na especialidade respectiva, determinando ao CRM/MG se abstenha de instaurar novas sindicâncias ou PEPs que tenham por fundamento quaisquer das normativas supracitadas.

Narra ser graduada no Curso de Medicina pela Faculdade de medicina de Barcelona, da Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada, do Estado de Minas Gerais, devidamente inscrita no Conselho Regional de Medicina do Estado (CRM/MG nº 40.440).

Relata que, no anseio por uma capacitação técnico-pedagógica e qualificação, cursou e obteve certificado de pós-graduação médica *Lato Sensu*, na área de Dermatologia e uma segunda pós-graduação na especialidade de Alergia e Imunologia Clínica.

Aduz que o CFM e o CRM/MG têm adotado o posicionamento de que cursos de pós-graduação *lato sensu*, ainda que reconhecidos pelo MEC, não têm valor para a atividade profissional e não habilitam o médico a divulgar seu trabalho como especialista, punindo-os disciplinarmente.

Aponta que tal posicionamento se encontra embasado nas Resoluções do Conselho Federal de Medicina – CFM ns.º 1.634/2002, 1.931/09, 1.974/2011 e 2.148/2016 que obstam, expressamente, o anúncio de pós-graduação realizada para a capacitação pedagógica como especialidade médica.



Defende que a situação consubstancia vedação ilegal ao pleno exercício da profissão, já que alicerçada em regramento normativo do Conselho Profissional que não encontra correspondência com a lei de regência da profissão médica.

Inicial instruída com procuração e documentos, fls. 42/235, eventos nº 61020615 ao 61020110.

Custas recolhidas, fls. 234, evento nº 61050110.

Decisão de fls. 238/240, evento nº 61264081, indeferiu a tutela de urgência vindicada.

O Conselho Federal de Medicina contestou o feito às fls. 245/266, evento nº 72180582, pugnando pela improcedência dos pedidos.

O Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais contestou o feito às fls. 577/586, evento nº 137750870, pugnando pela improcedência dos pedidos.

Réplica às fls. 596/608, evento nº 240194353.

Sem mais, vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório. **DECIDO.**

A lide cinge-se em saber se o Conselho Federal de Medicina extrapola o poder regulamentar ao impor restrições à publicação das titulações de pós graduação *latu senso*, permitindo-a somente na ocorrência de residência médica ou pela aprovação na prova de título de especialista realizada exclusivamente por Sociedade Médica afiliada à Associação Médica Brasileira.

As disposições regulamentares ora impugnadas possuem a seguinte redação:

*Res. 1.974/11*

*Art. 3º É vedado ao médico:*

***l) Fica expressamente vetado o anúncio de pós-graduação realizada para a capacitação pedagógica em especialidades médicas e suas áreas de atuação, mesmo que em instituições oficiais ou por estas credenciadas, exceto quando estiver relacionado à especialidade e área de atuação registrada no Conselho de Medicina.***

*Res. CFM nº 1.931/09 – Código de Ética Médica (revogada pela Res. CFM nº 2.217/18).*

*Capítulo XIII – Publicidade Médica*

***É vedado ao médico.***

***Art. 115. Anunciar títulos científicos que não possa comprovar e especialidade ou área de atuação para a qual não esteja qualificado e registrado no Conselho Regional de Medicina.***

*Res. CFM 2.217/18 – Código de Ética Médica*



Capítulo XIII – Publicidade Médica

**É vedado ao médico:**

(...)

**Art. 114. Anunciar títulos científicos que não possa comprovar e especialidade ou área de atuação para a qual não esteja qualificado e registrado no Conselho Regional de Medicina.**

**Art. 117. Deixar de incluir, em anúncios profissionais de qualquer ordem, seu nome, seu número no Conselho Regional de Medicina, com o estado da Federação no qual foi inscrito e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) quando anunciar especialidade.**

**Parágrafo único. Nos anúncios de estabelecimento de saúde, devem constar o nome e o número de registro, no Conselho Regional de Medicina, do diretor técnico.**

**Res. CFM nº 1.634/2002**

**Art. 3º Fica vedada ao médico a divulgação de especialidade ou área de atuação que não for reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina. (Redação dada pela Resolução CFM nº 1970, de 15.7.2011).**

**Art. 4º O médico só pode declarar vinculação com especialidade ou área de atuação quando for possuidor do título ou certificado a ele correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina.**

**Res. CFM nº 2.148/2016**

**Art. 11. Os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) deverão registrar apenas títulos de especialidade e certificados de áreas de atuação reconhecidos pela CME e emitidos pela AMB ou pela CNRM.**

**Art. 17. São proibidos aos médicos a divulgação e o anúncio de especialidades ou áreas de atuação que não tenham o reconhecimento da CME.**

**Parágrafo único. O médico só poderá fazer divulgação e anúncio de até duas especialidades e duas áreas de atuação, desde que registradas no CRM de sua jurisdição. (Sem grifos no original).**

Ocorre que o art. 5º, XIII, da Constituição Federal estabelece, de maneira geral, a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, admitindo a criação de restrições por meio de lei. Também a Carta Magna aponta o Trabalho e a educação como direito social de todos cujo o Estado tem o dever de promover visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 6º c/c art. 205 da CF/88).

Assim, a questão apresentada estabelece uma ligação estreita com a garantia de direitos constitucionais que asseguram o exercício do trabalho, em particular da Medicina.

Por essa razão, impõe-se solução segundo valores direcionados à garantia da efetividade dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, especialmente da observância do princípio da legalidade e o da reserva de lei, no que se refere à efetividade do disposto no artigo 5º, inciso XIII, do Texto Magno.



Pela redação do dispositivo constitucional mencionado é certa a possibilidade de criação de restrições ao exercício profissional, contanto que estabelecidas por lei em sentido estrito, pois a Constituição imputa apenas à União, na ausência de lei complementar disposta sobre eventual delegação aos Estados, a competência exclusiva para dispor sobre qualificações profissionais que podem ser exigidas em relação a determinados trabalhos, ofícios ou profissões, conforme artigo 22, inciso XVI, in verbis:

*"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;"*.

Ressalto, inclusive, que não foi facultada ao Poder Legislativo federal qualquer margem de discricionariedade quanto à escolha do critério de diferenciação entre os trabalhadores, é dizer, todos são iguais perante a lei, a não ser que apresentem qualificações profissionais - específicas - que os autorize a exercer, com exclusividade, um ofício.

É de rigor registrar que a Lei nº 3.268/57 dispõe em seu artigo 17 que:

*"Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade. (Vide Medida Provisória nº 621, de 2013)".*

Ademais, o Conselho Nacional de Educação, pelas Res. nº 01/2007 e nº 01/2018, especificou uma série de critérios objetivos para a validação de cursos de pós-graduação no país. A exemplo, temos a fixação de uma carga horária mínima de curso, definição da composição do corpo docente, indicação do percentual mínimo de frequência do aluno, informações obrigatórias a serem colocadas em certificados de conclusão. Da Resolução nº 01/2018, chama-se atenção para o disposto no §3º do art. 7º, segundo o qual "os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução **terão validade nacional**". (destaquei).

Evidencia-se, assim, que cabe ao Ministério de Estado da Educação, e não ao Conselho Federal ou Regional de Medicina, estabelecer critérios para a validade dos cursos de pós-graduação lato sensu, o qual deverá aferir se foram cumpridas, estritamente, as grades curriculares mínimas, previamente estabelecidas, para o fim de aferir a capacidade técnica do pretendente ao exercício da profissão de médico.

Exsurge daí que, ao exercer o seu poder de polícia, o Conselho Federal de Medicina não pode inovar para fins de criar exigências ao arpejo da lei, em total dissonância com os valores da segurança jurídica e da certeza do direito.

Nesse sentido, exponho o seguinte precedente jurisprudencial:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TÍTULO DE ESPECIALISTA EM CARDIOLOGIA. PÓS-GRADUAÇÃO RECONHECIDA PELO MEC. REALIZAÇÃO DE PROVA ESCRITA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM LEI FORMAL. ART. 5º, XIII, DA CRFB/88. RECURSO PROVIDO.**

1. Nos termos do disposto no art. 17 da Lei 3.268/57, só poderão exercer a medicina bem como suas especialidades os médicos que efetuarem o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e estiverem inscritos no Conselho Regional de Medicina, em cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.



2. Da leitura do art. 1º, caput, da Lei 6.932/81, notadamente após as alterações promovidas pela Lei 12.871/2013, extrai-se que a residência se inclui entre as modalidades de pós-graduação e é modalidade de certificação das especialidades médicas, não havendo, no entanto, qualquer primazia ou exclusividade da mesma. Não é possível, portanto, afirmar que a especialização lato sensu constitui exceção, a qual a lei reservou tratamento diferenciado.

**3. A teor do disposto no art. 5º, XIII, da CRFB/88, "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". As limitações ao exercício profissional estão reservadas à lei, entendida em sentido formal, sendo certo que a exigência de realização de provas encontra-se prevista apenas na Resolução CFM nº 2.005/2012.**

**4. Embora, a rigor, o impetrante não esteja alijado do exercício da atividade médica, é certo que condicionar a divulgação da especialidade ao registro na Sociedade Brasileira de Cardiologia e à realização do exame de certificação limita consideravelmente as perspectivas do profissional no mercado, além de impedir sua habilitação para a disputa de cargos públicos que exijam o título de especialista. 5. Destarte, preenchidas as exigências previstas no art. 17 da Lei 3.268/57, faz jus o impetrante à obtenção do título de especialista.**

6 . Apelação conhecida e provida. (TRF2 – AC 0001002-45.2014.4.02.5101 – Sétima Turma Especializada – Rel. Des. Fed. José Antônio Lisboa Neiva – Data de Julgamento: 06/05/2015). (Grifei)

Restringir os profissionais médicos de dar publicidade as titulações de pós graduação *latu sensu* obtidas em instituições reconhecidas e registradas pelo Ministério da Educação e Cultura, através de Resolução, ato normativo infralegal, não encontra amparo no ordenamento jurídico. Assim, o Conselho Federal de Medicina está, com o devido respeito, a malferir tanto o princípio constitucional da legalidade como também das liberdades individuais, previstos no artigo 5º, incisos II e XIII, ultrapassando os limites de seu direito regulamentar.

Logo, o profissional médico possui a liberdade de publicizar/anunciar que cursou legalmente a pós-graduação *lato sensu* específica, segundo o conteúdo, a abrangência, a forma e os limites do próprio título emitido oficialmente pelo MEC, devendo ser afastada quaisquer punições disciplinares da Res. 1.974/11 ou do Código de Ética Médica.

Pelo exposto, **JUGO PROCEDENTE O PEDIDO** para declarar a ilegalidade dos seguintes dispositivos infralegais: art. 3º, alínea I, da Res. CFM 1.974/11, bem como do art. 115 da Res. CFM 1931/09, arts. 114 e 117 da Res. CFM 2.217/18, dos arts. 3º e 4º da Res. 1.634/02 e dos arts. 11 e 17, *caput* e parágrafo único da Res. CFM 2.148/16; bem como para determinar ao CRM/MG que proceda ao registro dos certificados da autora de pós-graduação médica – especialização *lato sensu* para capacitação pedagógica.

**DEFIRO a tutela de urgência** vindicada para assegurar a autora o direito de divulgar e anunciar suas titulações de pós-graduação *lato sensu*, desde de que devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, bem como suspender o PEP Nº 2886/2017 caso a apuração disciplinar esteja apenas ligada ao anúncio de suas titulações.

**Condeno** os réus em custas e honorários advocatícios que arbitro nos percentuais mínimos nos termos do art. 85 do CPC/2015, sobre o valor da causa atualizado.

Havendo recurso de apelação, à parte recorrida para contrarrazões. Apresentadas preliminares nas



contrarrazões, vista ao apelante. Tudo cumprido, remetam-se ao TRF.

A fim de dar celeridade a marcha processual, podem as partes se manifestarem nos autos independente de intimação pelo juízo.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2020

*(assinado eletronicamente)*

**ADVERCI RATES MENDES DE ABREU**

Juíza Federal da 20ª Vara/SJDF

